

Prefácio

André Lemos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LEMOS, A. Prefácio. In: BONILLA, MHS., and PRETTO, NDL., orgs. *Inclusão digital: polêmica contemporânea* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 15-21. ISBN 978-85-232-1206-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PREFÁCIO

Atualmente, a inclusão digital está em plena discussão no Brasil com o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). O tema está presente em políticas públicas governamentais desde 1999, quando o governo lançou o “Programa Sociedade da Informação”, pelo decreto 3.294 em 15 de dezembro, que culminou no Livro Verde em 2000. (TAKAHASHI, 2000) Depois, o projeto Computadores para Todos (2005-2008) foi lançado tendo como objetivo reduzir os preços dos computadores para facilitar o acesso. (QUEIROZ, 2008) O primeiro projeto perdeu os rumos e foi descontinuado na prática; o segundo perdeu relevância já que o mercado se incumbiu de reduzir os preços. Agora o PNBL visa oferecer internet de alta velocidade a toda a população a baixos custos, tendo como pressuposto a ideia de que o acesso à internet configura-se como um valor fundamental para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país.¹

O PNBL tentar reduzir o atraso brasileiro em relação aos países centrais onde essa política foi implementada já há algum tempo. No entanto, o lobby das empresas de telecomunicação e das operadoras de internet que dominam o mercado no país está colocando limites muito concretos ao sucesso do empreendimento. O custo sugerido pelo governo é de R\$ 35,00/m para uma velocidade de 1Mbps, mas a mesma vai diminuindo quando o consumo passa de 300Mb a 500Mb, a depender da operadora, fazendo com que o usuário tenha duas opções: ou pague mais, ou use a internet com velocidade reduzida. Ouvir música, ver filmes ou vídeos, ou mesmo baixar e atualizar programas na máquina estão, nesse modelo, inviabilizados. Ou seja, o PNBL, se assim se constituir, será um projeto que visa incluir, mas que na realidade exclui os já excluídos, dando a eles um falso sentimento de inclusão.

¹ <http://www.mc.gov.br/plano-nacional-para-banda-larga>

Como vemos, discutir inclusão digital é um assunto espinhoso, que nos obriga a discutir políticas que compreendam o acesso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como elementos de inclusão social em sentido amplo (economia política, mercado, hábitos sociais, profissões...). No livro *Cidade Digital* (LEMOS, 2007), apresentamos um modelo de análise e de implementação de projetos de inclusão digital. Ele parte do princípio de que a inclusão digital² não é alcançada apenas quando se dá computadores ou acesso à internet, mas quando o indivíduo é colocado em um processo mais amplo de exercício pleno de sua cidadania. A inclusão digital deve, conseqüentemente, ser pensada de forma complexa, a partir do enriquecimento de quatro capitais básicos: social, cultural, intelectual e técnico, como veremos a seguir. Esses capitais devem ser estimulados, no caso da inclusão ao universo digital, pela educação de qualidade, pela facilidade de acesso aos computadores (e/ou similares) e à rede mundial de computadores, pela geração de empregos, ou seja, pela transformação das condições de existência. Esse é o sentido maior da inclusão de um indivíduo na sociedade e não apenas da inclusão digital. Nesse sentido, programas de inclusão digital devem pensar a formação global do indivíduo para a inclusão social.

No modelo proposto em 2007, falávamos de dois tipos de inclusão: a espontânea e a induzida. A inclusão espontânea é uma inserção compulsória dos indivíduos na sociedade da informação. Nas metrópoles contemporâneas, eles são obrigados a aprender e a lidar com sistemas informatizados de diversos tipos. O uso de cartões eletrônicos de débito e crédito, de smart cards em ônibus, a operação em máquinas bancárias, o envio de imposto de renda pela internet, a votação eletrônica em eleições, o acesso eletrônico a exames laboratoriais, o check in pela Web em viagens de avião, o uso de SMS e outros serviços via telefone celular, entre outros, são alguns exemplos bem conhecidos por nós brasileiros. Já a inclusão induzida é aquela fruto de um trabalho educativo e de políticas públicas que visam dar oportunidades a uma grande parcela da população excluída do uso e dos benefícios da sociedade da informação. É o que conhecemos por projetos de inclusão digital.

² O modelo foi elaborado por mim em 2004 e 2005 (LEMOS, 2004) em conversas com Pierre Lévy em Ottawa, Canadá, durante um encontro de pesquisa em que eu desenvolvia um modelo para pensar projetos de "cidades digitais", incluindo aí a questão da inclusão digital. Desenvolvido em monografia de conclusão de curso e depois no mestrado por Leonardo Costa, ambas sob minha orientação, o modelo foi adaptado para a discussão sobre inclusão digital. Costa apresenta detalhes no capítulo 5 deste livro.

Muitos dos que usam de forma compulsória essas tecnologias (como no caso da inclusão espontânea) são, como diz o sociólogo espanhol Manuel Castells (2002), “interagidos” e não “interagentes”, ou seja, eles utilizam de uma forma muito rudimentar os dispositivos e as redes eletrônicas e não sabem tirar proveito de todos os benefícios culturais, sociais e econômicos que eles oferecem. Estes são, por assim dizer, mais “agidos” pelo sistema do que “agentes” no sistema. Para os “interagidos”, os projetos de inclusão digital devem ser induzidos e fortalecidos pela dimensão cidadã e educacional.

Esse é o desafio, não apenas brasileiro, mas mundial. A inclusão é um problema cultural e não apenas econômico ou cognitivo. Países com uma população financeiramente equilibrada enfrentam também problemas, seja de rejeição ou de desconhecimento das potencialidades das TIC, seja de faixa etária ou problemas de gênero, de imigração ou outros. Assim, para os “interagidos” desses países, programas de inclusão digital são fundamentais para os tornarem “interagentes”. Certamente o problema da inclusão digital não é apenas econômico e não afeta apenas países pobres e/ou em desenvolvimento.

Propomos, no modelo de 2007, uma matriz de análise de projetos de inclusão digital que, na época, nos ajudou a analisar projetos de inclusão digital em Salvador e no Brasil. No entanto, acredito que ele serve, em seu sentido mais amplo, para pensar projetos nessa área. A matriz tem como fundamento maior o princípio de que a inclusão é um processo amplo e complexo que deve partir da valorização dos quatro capitais da inteligência coletiva. (LÉVY, 1998) O capital social é aquele que valoriza a dimensão identitária e comunitária, os laços sociais e a ação política. O capital cultural é o que remete à história e aos bens simbólicos de um grupo social, ao seu passado, às suas conquistas, à sua arte. Já o capital técnico é o da potência da ação e da comunicação. É ele que permite que um grupo social ou um indivíduo possa agir sobre o mundo e se comunicar de forma livre e autônoma. O capital intelectual é o da formação da pessoa, do crescimento intelectual individual com a aprendizagem, a troca de saberes e o acúmulo de experiências de primeiro e segundo grau. Incluir é, assim, em qualquer área e em todos os sentidos, possibilitar o crescimento dos quatro capitais. Incluir, na e para a sociedade da informação, significa usar as TIC como meios de expandir esses capitais.

Hoje, novas questões emergem com os dispositivos móveis e portáteis, as redes sem fio Wi-Fi ou as redes 3G da telefonia móvel. Estamos em uma era

da cultura da mobilidade (LEMOS, 2009) na qual os dispositivos móveis como celulares, smartphones, netbooks e tablets exigem uma ampliação do debate. Deve-se pensar como potencializar a mobilidade física a partir da mobilidade informacional e vice-versa. Fala-se agora de uma era do Pós-PC. Assim, depois da grande informática e seus sistemas centralizados e manipulados por engenheiros e matemáticos nas décadas de 1940 e 1950, do PC (computador pessoal) e da microinformática das décadas de 1970 e 1980, quando o computador passa a ser mais interativo, aberto e manipulado por todos a partir de interfaces gráficas, surge, a partir da década de 1990, a internet como a infraestrutura principal do fim do século XX e começo do XXI. Agora o PC dá lugar ao que chamei de CC (computador conectado ou coletivo), no qual a computação em rede passa a ser o grande valor. (LEMOS, 2003) Alguns chamam essa era de pós-PC. (HAFF, 2001) Entramos, nessa primeira década do século XXI, na era da computação ubíqua, móvel, hiperlocal, na era das mídias locativas (LEMOS, 2008) e da internet das coisas.³

Pouco importa a denominação. O que interessa é reconhecer o surgimento de novos formatos culturais e saber que eles precisam ser pensados em projetos de inclusão digital. Esses se caracterizam pela possibilidade de não apenas consumir informação em deslocamento (o que fazemos ao ouvir rádio, ler um livro ou jornal nos transportes públicos – ônibus, carros, barcos, aviões), mas também de produzir e distribuir informação. Essa possibilidade ampliada com os dispositivos móveis e sistemas acessíveis como blogs, sites de redes sociais ou SMS via telefones celulares são hoje instrumentos importantes de luta política, de organização e mobilização social e de circulação livre de informação, como foi o caso dos recentes levantes populares no Egito, na Tunísia ou na Espanha. A inclusão digital, ampliada aos dispositivos móveis, deve ser pensada também como uma questão de direito à ação política e ser objeto de ações governamentais, como o “governo móvel” ou m-government, por exemplo. A era do CCM ou do Pós-PC deve ser pensada como aquela da emergência de novos instrumentos de inclusão digital que ampliam consideravelmente os quatro capitais, principalmente pela possibilidade de consumir, produzir e distribuir informação e de manter vínculos sociais e contatos permanentes (ver KATZ; AAKHUS, 2002; LING; DONNER, 2009).

³ <http://www.theinternetofthings.eu>

Se ler é uma forma de inclusão desde a Grécia antiga até o início da era moderna; se entender o audiovisual (os mídias de massa) e saber “ler” as informações que nos são despejadas diariamente por centros de informação é uma necessidade para se incluir na sociedade industrial; então, saber lidar com os novos dispositivos e as redes telemáticas são hoje condições necessárias e imprescindíveis para inclusão social na sociedade da informação. Saber ler é hoje entender, produzir e distribuir informações sob os mais diversos formatos (texto, programas, sons, imagens...). As habilidades anteriores se mantêm (saber ler, poder criticar os mass media), mas outras aparecem, como novas habilidades para produzir e distribuir conteúdo em uma sociedade cada vez mais móvel e global. Acho que mais do que dar acesso às tecnologias (uma condição técnica imprescindível e básica para qualquer projeto de inclusão digital), o desafio maior da inclusão cidadã à cultura digital é fazer com que os indivíduos possam produzir conteúdos próprios e distribuí-los livremente, mantendo-se senhor dos seus dados pessoais, garantindo-se a privacidade e o anonimato. Tanto quanto o capital técnico, os projetos de inclusão digital devem fazer crescer os capitais social, intelectual e cultural. Deve-se ir além dos fatos ou dos artefatos. A inclusão pressupõe autonomia, liberdade e crítica. Para tanto, no Brasil, algumas perguntas merecem ser respondidas para que possamos falar verdadeiramente de inclusão digital:

Como melhorar a formação e o uso das TIC e da internet em um sistema educacional sem estímulo aos professores, sem recursos e/ou infraestrutura adequados, corroídos pela corrupção generalizada presente em várias áreas do governo de forma crônica?;

Como ampliar o acesso à banda larga, tendo como base um plano para o país (o atual PLNB) que pode vir a deixar os cidadãos reféns das operadoras, com gargalos de conexão e preços ainda muito altos?

Como incentivar o uso de sistemas abertos e a circulação livre do conhecimento, sem repensar a lei do direito autoral (copyright) no país, sem uma política cultural que perceba os desafios da cultura digital?;

Como ampliar os incentivos ao uso de softwares de fonte aberta que possibilitem ao país criar capacidade técnica, criatividade e economia de recursos em pagamento de royalties para empresas de softwares proprietários?

Na era do pós-PC, como ampliar o uso pleno dos telefones celulares, dos smartphones, dos tablets e das redes 3G e Wi-Fi, desenvolvendo uma ação mais pública desses recursos, incentivando, inclusive, ações de “m-gov.”?;

Como garantir a liberdade de expressão, o anonimato e a privacidade sem um Marco Civil consolidado e com leis que insistem em instituir um clima de vigilância, de criminalização e de controle da internet, como o PL 84/99, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, e que, se aprovado, irá dificultar o desenvolvimento e punir usos legítimos da internet no país?

O livro *Inclusão Digital: polêmica contemporânea*, organizado por Nelson Pretto e Maria Helena Bonilla, vem oferecer ao leitor um excelente panorama sobre algumas dessas questões e sobre outras tantas polêmicas nessa área. Os autores oferecem um excelente leque de discussão que passa pela questão sobre as definições de inclusão e de exclusão digital (textos de Bonilla e Souza de Oliveira; de Amadeu da Silveira e de Ribeiro Dias); sobre os modelos, as experiências e as metodologias de ações de inclusão digital (textos de Pretto, de Souza e Rocha; de Bonilla e de Souza; e de Costa) e sobre a autonomia e as novas formas de leitura e de escrita (textos de Almeida e Riccio; e de Souza Couto, Caldeira de Oliveira e Paulo dos Anjos). O leitor tem em mãos uma obra coletiva que visa polemizar em seu sentido mais nobre. Não apenas para criar a polêmica pela polêmica, mas para suscitar aquela que busca ampliar os limites da visão e do pensamento. Precisamos disso para pensar a cultura digital. Precisamos de mais polêmicas e mais confrontos de ideias. Esse é o objetivo deste livro. Essa é a vocação, por excelência, da Universidade.

Salvador, 03 de Agosto de 2011.

André Lemos

Professor Associado da Faculdade de Comunicação da UFBA

Pesquisador 1 do CNPq.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.
- HAFF, Gordon. The PC isn't dead, but it's still a post-PC era. *CNET*. 29 July 2011. Disponível em: <http://news.cnet.com/8301-13556_3-20085450-61/the-pc-isnt-dead-but-its-still-a-post-pc-era/>
- KATZ, James E.; AAKHUS, Mark (Ed.). *Perpetual contact: Mobile communication, private talk, public performance*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002.
- LEMOS, André. (Ed.). *Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.
- LEMOS, André. Cultura da mobilidade. *Revista Famecos*, Porto Alegre: v. 1, n. 40, 2009.
- _____. Mídia locativa e território informacional. In: ARANTES, P., SANTAELLA, L. (Ed.). *Estéticas tecnológicas: novos modos de sentir*. São Paulo: EDUC, 2008.
- _____. Cibercidade: um modelo de inteligência coletiva. In: LEMOS, André. (Ed.). *Cibercidade: as cidades na cibercultura*. Rio de Janeiro: E-papers, 2004, p. 19-26.
- _____. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, A.; CUNHA, P. (Ed.). *Olhares sobre a cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2003, p. 11-23.
- LÉVY, Pierre. *A inteligência coletiva: por uma Antropologia do ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 1998.
- LING, Richard; DONNER, Jonathan. *Mobile Communication*. Cambridge, UK: Polity, 2009.
- QUEIROZ, Luiz. Mercado de PCs continua crescendo após incentivos do governo. *Convergência Digital*. 20 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.computadorparatodos.gov.br/noticias/mercado-de-pcs-continua-crescendo-apos-incentivos-do-governo>>
- TAKAHASHI, Tadao (Org.). *Sociedade da Informação no Brasil: livro verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>>